

ENSINO Superior

**ENSINO
SUPERIOR E
INVESTIGAÇÃO**



MARÇO 2024

WWW.FNE.PT

Superior

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR E DA CIÊNCIA

A FNE reconhece a importância crítica do ensino superior e da ciência para impulsionar uma educação de alta qualidade, enfatizando a necessidade de um financiamento robusto para garantir a operacionalidade eficiente desses setores.

A influência do ensino superior é particularmente significativa na formação de professores dos diferentes níveis de ensino e na pesquisa educacional.





Pedro Barreiros

A Força Transformadora do Ensino Superior e da Ciência

Num mundo em constante mudança, onde o conhecimento é a chave para o progresso, o ensino superior e a ciência assumem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. Mais do que uma ferramenta para o sucesso individual, representam pilares para a construção de um futuro próspero e equitativo para todos.

O ensino superior contribui significativamente para o desenvolvimento do país, pelo que investir no ensino superior é investir no futuro. É garantir que as novas gerações estejam munidas das ferramentas necessárias para enfrentar os desafios do amanhã. É preparar um país mais forte, mais resiliente e mais desenvolvido.

A ciência é a força propulsora do progresso e fundamental para o bem-estar social, por contribuir para a melhoria da saúde, da educação, do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

A Federação Nacional da Educação está comprometida com a defesa do ensino superior e da ciência, porque acreditamos serem pilares fundamentais para a construção de um futuro melhor para todos.

O futuro não espera. É hora de agirmos para fortalecer o ensino superior e a ciência. É hora de investir no conhecimento como a chave para um futuro melhor.



Secretário-Geral da FNE



A FNE para a legislatura 2024-2028 identifica e propõe soluções para várias questões enfrentadas pelo ensino superior em Portugal, incluindo:

- 01** Atualizações salariais que possam responder aos níveis de inflação de que foram e são vítimas os docentes nos últimos anos e a conseqüente perda do poder de compra.
- 02** Acabar com a existência de trabalho não remunerado no ensino superior independentemente da forma contratual existente entre os trabalhadores e as Instituições de Ensino Superior (IES).
- 03** Aplicar a legislação da agenda do trabalho digno nas IES.



04

Acabar com a precariedade no ensino superior, especialmente em relação aos contratos temporários e de renovações sucessivas. O princípio do fim da existência de vínculos precários dos docentes e outro pessoal nas IES. Em especial a existência de contratos sucessivos dos docentes convidados com corte de vínculo, seguido de algum período sem contrato e elaboração de um novo no início do seguinte ano letivo, em anos sucessivos.

05

A aplicação do sistema de progressão nas IES a todos os docentes que tenham 8 ou mais pontos na sua avaliação. É necessário que aos docentes do ensino superior seja reconhecido o seu mérito.

06

Aumento da dotação orçamental do MCTES.

07

Reforço de verbas para as Instituições de Ensino Superior (IES) para sustentar a massa salarial decorrente dos aumentos dos vencimentos dos docentes e funcionários, bem como da respetiva progressão salarial.

08

Reforço de verbas para as IES, por forma a permitir a contratação efetiva de novos docentes e funcionários, rejuvenescendo-se os seus profissionais, diminuindo-se a precariedade dos contratos para docentes e funcionários, fora do limite da massa salarial atual.



09

Reforço de verbas para as IES, para permitir a renovação dos equipamentos e dos laboratórios existentes, bem como o investimento em energias renováveis.

10

Desenvolvimento de programas específicos para que as IES possam reabilitar edifícios e construir novas instalações. Muitas IES não podem admitir mais alunos por falta de instalações, encontrando-se também muitas delas degradadas.

11

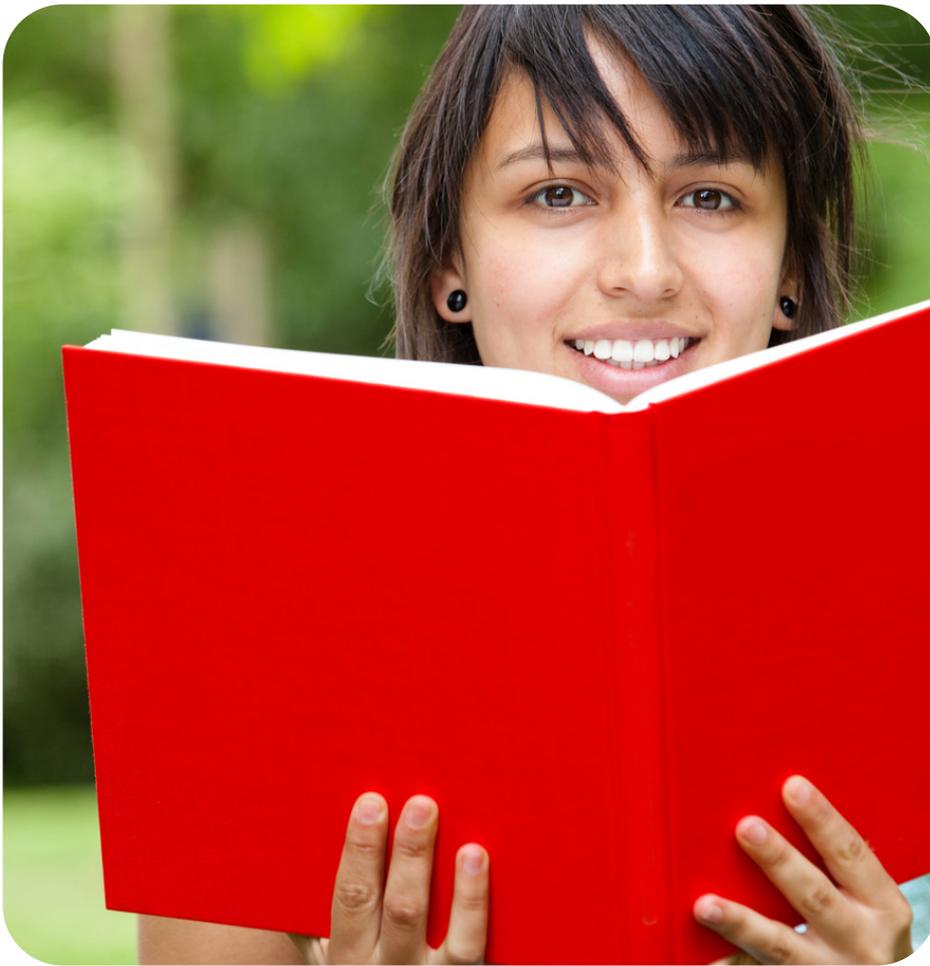
Existência de um programa específico para investimento em equipamentos digitais de segurança das instalações das IES.

12

Valorização das carreiras de investigação eliminando-se todos os fatores de precariedade.

13

Implementar mudanças duradouras e justas para todos os profissionais do setor. Neste sentido, a FNE defende a igualdade de condições de trabalho, de carreira e salariais entre os docentes dos setores das Instituições Politécnicas e Universitárias públicas.



14

A implementação na prática da mudança da designação das Institutos Politécnicos para Universidades Politécnicas e não apenas na designação em língua inglesa de “Polytechnic University”, refletindo o seu papel abrangente na educação, pesquisa, transferência do conhecimento, serviço comunitário e internacionalização.

15

A defesa da criação de mais programas de doutoramento nas Instituições Politécnicas.

16

O desenvolvimento de programas de doutoramento e de Mestrado em parceria com as empresas e outras organizações onde seja viável a realização de projetos de investigação.

17

Implementar iniciativas de expansão dos ciclos de estudo no ensino superior direcionados à formação de docentes dos diferentes ciclos, com ênfase em metodologias pedagógicas avançadas e inclusivas, preparando-os especificamente para ministrar conteúdos adequados a diversos níveis e disciplinas, garantindo assim uma cadeia sustentável de qualificação docente nos diferentes ciclos de estudos.

18

Estabelecer a integração da Inteligência Artificial (IA) como um eixo estratégico no ensino superior, através da atualização de currículos e do desenvolvimento de programas interdisciplinares, para preparar os estudantes para a economia digital e estimular a utilização da IA na pesquisa e na criação de soluções inovadoras.

19

Promover o paradigma da Open Science, criando um ambiente de cocriação aberto e colaborativo nas Instituições de Ensino Superior, que permita aumentar o valor e o impacto social do conhecimento académico.

20

A definição de programas para a criação de Spin-offs em instituições de ensino superior, nomeadamente naquelas onde existam centros de investigação, no sentido de se fomentar a inovação e o empreendedorismo, e permitir que as pesquisas académicas se convertam em soluções comerciais práticas e se promova a transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado.

21

Incentivar a formação de spin-offs e start-ups a partir de pesquisas universitárias, com ênfase na captura de valor e na transferência de tecnologia, fornecendo suporte jurídico e administrativo para o processo de registo de patentes e de direitos de autor e da comercialização de inovações.

22

Criar equipas e redes formais que facilitem a colaboração entre universidades e indústrias, a fim de solidificar o ambiente de inovação aberta.

23

Desenvolver Laboratórios Colaborativos (COLABs) estratégicos que integrem doutorandos e mestrados na indústria nas diferentes regiões do país, visando a criação de valor a longo prazo e o reforço de redes formais comumente designadas de U-I (Universidade-Indústria), isto é, de todas as Instituições de Ensino Superior com a Indústria.

**24**

Investir com uma perspetiva de longo prazo, apoiando a investigação com incentivos financeiros que permitam o desenvolvimento sustentável de projetos inovadores.

25

Favorecer a criação de observatórios que acompanhem e promovam a inteligência artificial e outras áreas emergentes, fortalecendo a transferência de tecnologia.

26

Incentivar a inserção de incentivos à pesquisa que estimulem os investigadores a explorar caminhos inovadores e a criar valor agregado para a sociedade e a economia.



27

A revisão dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), visando a inclusão mais ampla dos centros de investigação e de um maior número de investigadores com projetos financiados.

28

A promoção de parcerias entre instituições de ensino superior, de investigação e o setor empresarial para melhorar a relevância da formação, a empregabilidade e a competitividade das empresas portuguesas.

29

A promoção de pesquisas colaborativas entre instituições de ensino superior e empresas, com financiamento específico para reduzir desigualdades regionais e entre tipos de instituições.

30

A consolidação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais para atender às necessidades de formação de profissionais qualificados nas diferentes regiões do país e com amplas repercussões no desenvolvimento local.

31

A correção de injustiças nas carreiras de professores e investigadores, incluindo a revisão dos estatutos de carreira docente e a garantia de progressão para aqueles com avaliações positivas.

32

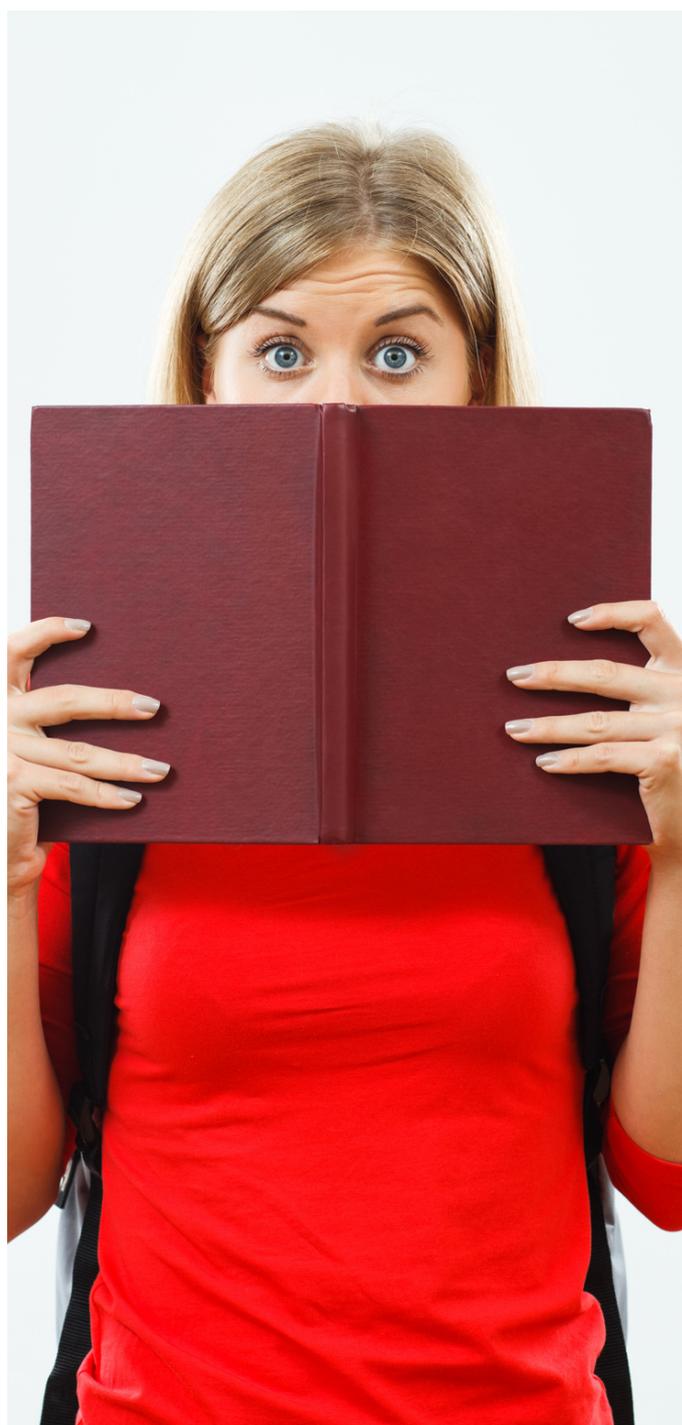
O apoio a estudantes com necessidades especiais e o aumento de vagas em residências estudantis para promover igualdade de oportunidades.

33

A reforma das regras de acesso ao ensino superior para permitir que as instituições selecionem os seus alunos, incluindo a realização de exames de acesso no exterior, a redução da importância dos exames nacionais e a definição autónoma do número de vagas.

34

Acompanhamento do processo de eliminação dos mestrados integrados, avaliando os impactos nos currículos dos alunos, na precariedade do corpo docente e no mercado de trabalho.



A Força Transformadora do Ensino Superior e da Ciência

O FUTURO NÃO ESPERA.

A educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo. Através da educação, podemos formar cidadãos críticos, criativos e preparados para os desafios do futuro.

A frase "**O futuro não espera**" serve como um lembrete poderoso da necessidade de agirmos no presente para moldar o futuro que desejamos. É um chamado à ação, um convite para que assumamos a responsabilidade pelo nosso próprio destino e pelo das próximas gerações.



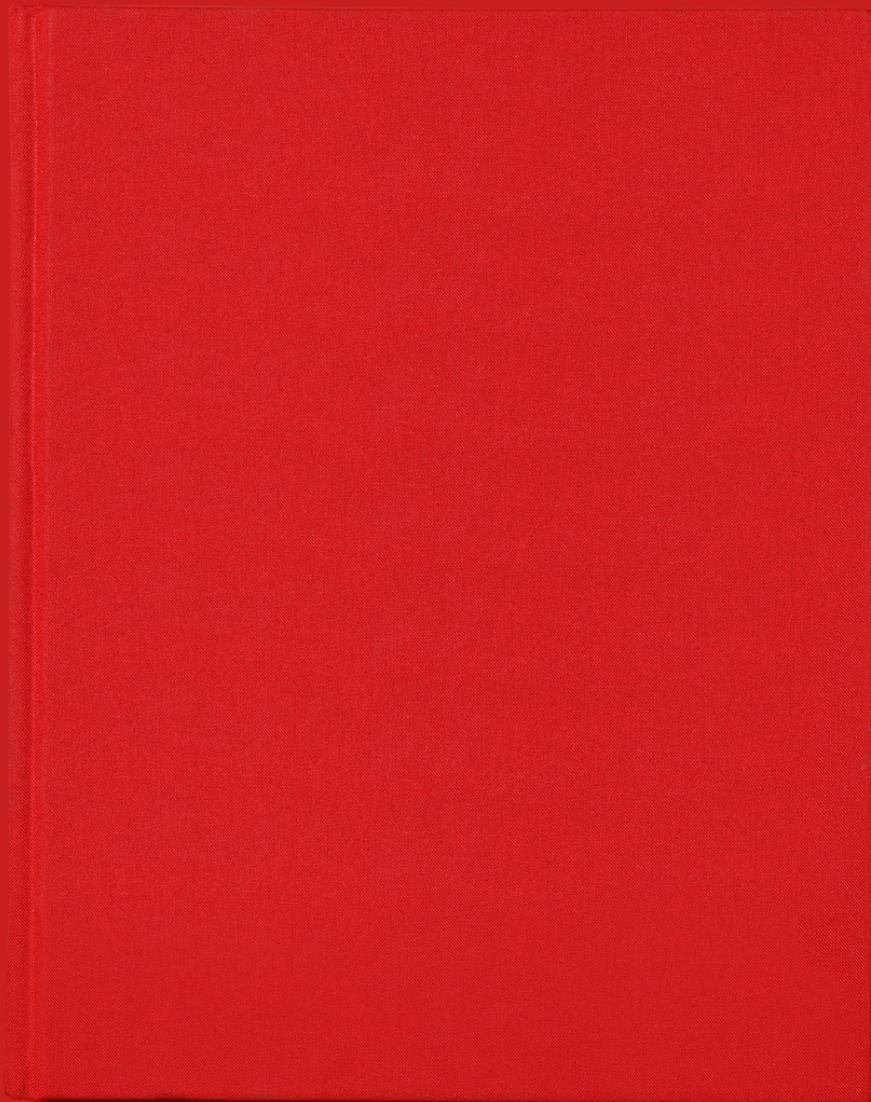
José Luís Abrantes

Secretário-Geral Adjunto da FNE



 ESTAMOS ONLINE

www.fne.pt/pt/go/noticias-ensino-superior



Superior

